



Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior de Ciências Empresariais

Relatório Anual de Curso

Licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade

2013/2014

Valença, Dezembro 2014

A.1. Publicação de Plano de Estudos

Publicação do plano de Estudos em DR:

Despacho nº 7316/2011, Diário da república 2ª série, nº 93 de 13 de maio de 2011

- **Área científica predominante** (Maior número de ECTS alocado):
34 – Ciências Empresariais
- **Área fundamental** (de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março):
34 – Ciências empresariais
- **Área secundária** (de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março):
344 – Contabilidade e Fiscalidade
- **Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:**
180
- **Duração do ciclo de estudos** (art.º 3 DL-74/2006):
6 Semestres
- **Número de vagas aprovado nos 4 últimos anos letivos:**

Nº de Vagas/ano	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Nº de vagas	35	35	25	25

- **Condições específicas de ingresso:**
Realização e aprovação das provas de ingresso de [04] Economia ou [16] Matemática
- **Preferência regional:** 40% para candidatos residentes nos distritos de Viana do Castelo, Braga, e Porto.
- **Habilitações preferenciais:** 20% para candidatos titulares de cusesos do Ensino Secundário relacionados com a área empresarial
- **Regime de funcionamento** (indicar se Diurno e/ou Pós-Laboral/Noturno):
Pós-Laboral/Noturno
- **Docente Responsável pela Coordenação:**
Professor Doutor João Paulo Vieito

A2 Estágios e Períodos de Formação em Serviço

(aplicável para CE de ESE, ESS, ESA com estágio e outros que se considere pertinente, incluindo Mestrados com teses que tenham tido tipologia estágio)

Locais de estágio e/ou formação em serviço. Mapa geral de distribuição de estudantes (com base em Informação contida em registo FOR-05/02 mas resumida neste seguinte)

Instituição acolhedora	Local	n.º de Estágios
...		
Total (n.º instituições)		Total (n.º estagiários)

Não aplicável – O plano de estudos não contempla estágio curricular.

1. Autoavaliação do Ciclo de Estudos**1.1. Objetivos gerais definidos para o CE**

O ciclo de estudos da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade tem por objetivo formar técnicos capazes de exercer funções, aos mais diversos níveis de responsabilidade, na área da Contabilidade e Fiscalidade, como sejam: a dinâmica contabilística, o domínio do nosso sistema fiscal, a identificação da relevância das informações contabilísticas num contexto de perpetuidade das organizações, o apoio à tomada de decisões económico-financeiras nas organizações, a prestação de contas e a identificação/evolução/medida da riqueza da organização.

1.2. Inserção do CE na estratégia institucional de oferta formativa face à missão da instituição.

O IPVC é uma instituição pública de ensino superior que produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ensino superior. Valoriza e promove a liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade.

Identifica, em cada momento, as partes interessadas – agentes científicos, culturais, sociais e económicos, da região, do país ou estrangeiros – e com elas promove as parcerias consideradas necessárias para uma ação eficaz e de sucesso. A criação de sinergias pela ação concertada das comunidades interna (alunos, funcionários e professores) e externa, em particular, autarquias, empresas, associações empresariais, constituem a atitude-marca da instituição e do curso de Contabilidade e Fiscalidade.

Dispõe de uma oferta formativa que assegura a formação integral das pessoas, fomentadora do sucesso, da autoaprendizagem e da capacidade de empreender. Usa métodos e processos de ensino/aprendizagem inovadores, atrativos, suportados em novas tecnologias e um ambiente académico estimulante. Desenvolve os seus processos formativos com grande proximidade ao tecido

social e económico visando a aproximação dos estudantes ao seu papel social futuro e à realidade do mundo empresarial e do trabalho.

1.3. Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no CE

No início de cada ano letivo são dinamizadas reuniões com os docentes e estudantes envolvidos no CE para a divulgação dos objetivos gerais e funcionamento. Na primeira aula de cada UC é efetuada a apresentação dos objetivos específicos dessa UC, programa e metodologias de avaliação. Esta informação também é disponibilizada através da plataforma de e-learning do IPVC (<http://elearning.ipvc.pt>).

2. Organização Interna e Mecanismos de Garantia da Qualidade

2.1. Organização Interna

2.1.1. Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo

A aprovação da criação ou reestruturação de Ciclos de Estudos (CE) é da competência do Presidente, com parecer da Direção da UO, Conselho Pedagógico (CP), área Científica (AC) e do Conselho Técnico-Científico (CTC) e de entidades externas (se aplicável).

O Coordenador de Curso (CC), em colaboração com a Comissão de Curso, elabora o relatório anual do CE, que é apreciado pela Direção e pelo CP da Escola. Este relatório pode conter propostas de alteração ou ações de melhoria do CE, sujeitas a aprovação pelos órgãos competentes. O CC articula com os responsáveis das UC's a atualização dos programas, que são aprovados pelo CTC, e garante a sua concretização. Anualmente, o CC identifica as necessidades de serviço docente do curso. Com base nessa informação, as AC, através dos seus grupos disciplinares, propõem contratação, renovação de contratos e distribuição de serviço docente aos diretores das UO's que enviam à respetiva comissão técnico-científica para aprovação em CTC e homologação pela Presidência.

A comissão de Curso de Contabilidade e Fiscalidade, é constituída pelos docentes:

- João Paulo da Torre Vieito
- José Nuno Costa Azevedo
- Sónia Patrícia Basto de Carvalho
- Álvaro José da Silva
- Jorge Manuel Esparteiro Garcia

2.1.2. Participação ativa de docentes e estudantes

A participação dos docentes é assegurada pela sua intervenção no Conselho Geral, Conselho Técnico-Científico, Área Científica, Conselho Pedagógico, Coordenações de Curso, Comissões de Curso e de Auto-Avaliação. Além disso, essa participação é ainda promovida em reuniões periódicas de docentes, participação em inquéritos de avaliação do funcionamento do IPVC, intervenção em processos pedagógicos e académicos chave como a preparação de materiais pedagógicos, análise de pedidos de creditação de competências, júris de provas, acompanhamento de estágios, etc.

A participação dos estudantes é assegurada através da sua representação no Conselho Geral, Conselho Pedagógico, Comissão de Curso e de Auto-Avaliação, intervenção das Associações e Federação de Estudantes, Inquéritos de avaliação da Qualidade de Ensino, das Bibliotecas e dos Serviços de Ação Social.

% participação IASQE	11/12	12/13	13/14
1ºS	26,7%	50,6%	12,3%
2ºS	13,3%	1,6%	14,04%

Relativamente à participação dos alunos nos inquéritos constata-se que é na sua globalidade baixa, tendo-se registado uma diminuição significativa no primeiro semestre face ao período homólogo. Relativamente ao segundo semestre registou-se uma maior participação por parte dos alunos comparativamente aos anos anteriores. Devem ser promovidas ações que levem no futuro, a uma maior participação nos inquéritos por parte dos alunos.

2.2. Garantia da Qualidade

2.2.1. Estruturas e Mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos

O IPVC tem implementado um Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade (SGGQ), certificado desde 2009, no âmbito da ISO 9001 por entidade acreditada pelo IPAC e certificado pela A3ES desde janeiro de 2013. O sistema está organizado em processos e orientado para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e atividades de IDI, de gestão e de suporte. O SGGQ, coordenado pelo Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ), gera informação para definir medidas de melhoria contínua dos ciclos de estudos e procura o comprometimento de todos os atores neste processo. O GAQ apoia as Coordenações de Curso nos mecanismos de Garantia da Qualidade, em cooperação com órgãos e serviços que intervêm nas atividades administrativas, científicas e pedagógicas. Anualmente, é implementado um Programa de Auditorias, permitindo definir causas de ocorrências e ações corretivas. São elaborados Relatórios das UC's e de Curso que permitem, juntamente com os Relatórios das auditorias, Relatórios de auscultação às partes interessadas e com os resultados dos indicadores de

desempenho dos processos relacionados com o ensino e aprendizagem, efetuar uma análise do grau de cumprimento dos objetivos e definir ações de melhoria para o ciclo de estudo.

No referente a auditorias realizadas, verifica-se que na auditoria realizada a 10 de Julho de 2014 não foi registada qualquer não conformidade ao nível do Curso em epígrafe, no entanto, podem-se considerar algumas ações de melhoria que foram enumeradas na globalidade para os cursos, a destacar:

- Promover a divulgação dos resultados dos inquéritos de satisfação junto dos estudantes e dos colaboradores e encontrar estratégias com os diversos responsáveis (órgãos/estruturas pedagógicas e Associações de Estudantes) para aumentar a adesão ao preenchimento destes inquéritos;
- As Direções, Conselho, Pedagógico e Coordenação de Curso, deverão analisar os resultados dos vários inquéritos de satisfação (IASQE; Bibliotecas; Colaboradores), implementar ações de melhoria e evidenciar o registo e controlo deste processo.
- Promover o envolvimento de entidades externas no processo de CRC e na avaliação dos cursos.
- Promover a análise conjunta dos processos FOR, CIN, ACA pelos responsáveis dos órgãos científicos e Pedagógicos e Gestores de Processo no sentido de uma melhor articulação entre os mesmos.
- Reforçar a necessidade de elaboração de atas das reuniões efetuadas aos vários níveis (gestores de processo; comissões de curso; estudantes; colaboradores).
- Sensibilizar os coordenadores de curso para a importância análise e controlo dos relatórios das unidades curriculares, nomeadamente, no que se refere ao preenchimento do campo “Articulação de conteúdos da UC e objetivos do programa”.
- Sensibilizar o Conselho Pedagógico para análise dos relatórios dos cursos e promoção de medidas de melhoria de práticas educativas.
- Efetuar a identificação dos planos de estudo que foram alterados (inclusive os que sofreram ajuste da carga horária com aprovação em CTC-IPVC) a fim de serem novamente publicados;
- Uniformizar o registo dos sumários na plataforma, que devem incluir a data de realização da aula, as horas correspondentes e o docente que lecionou, assim como a organização da documentação no *moodle* em todas as UO, pois continuam a ser usados impressos não codificados para disponibilização de sumários

2.2.2. Procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.

O GAQ tem implementado procedimentos de auscultação para avaliar o grau de satisfação das partes interessadas incluindo a realização de inquéritos e monitorização de sugestões e reclamações e

estudos de follow-up, feitos a antigos estudantes, parceiros e instituições empregadoras. Destaca-se o inquérito de avaliação da satisfação da qualidade de Ensino elaborado semestralmente aos estudantes, que inclui uma componente de avaliação da escola, dos docentes e das UC's, ECTS e do CE no seu todo. É continuamente monitorizada informação relativa a candidaturas e colocações, caracterização dos estudantes, sucesso, abandono e empregabilidade para o CE, que juntamente com os relatórios resultantes das auditorias internas e dos processos de auscultação e avaliação da satisfação, são usados para a avaliação periódica do CE e reportados no Relatório anual de Curso. Com base nos resultados, são definidas ações de melhoria que serão apresentadas no ponto 9 do presente relatório.

2.2.3. Discussão e utilização dos resultados das avaliações

Os relatórios de Inquéritos (bibliotecas, qualidade de ensino) e Relatórios de Curso são analisados em Conselho Pedagógico e são divulgados à comunidade através do portal do IPVC. Poderão também ser analisados em reuniões de docentes e de estudantes do CE. As ações de melhoria propostas são submetidas à Direção da Escola, coordenadas com a AC/GD e no caso de envolverem modificações ao plano de estudos, também ao CTC. As ações são planeadas entre a Coordenação de Curso e a Direção, definidos responsáveis e prazos de implementação. O acompanhamento e a análise da eficácia das ações implementadas para a melhoria do CE é da responsabilidade do Cordenador de Curso que reporta à Direção e regista no relatório de Curso seguinte. O seguimento das ocorrências detetadas em auditorias, acompanhamento de sugestões e reclamações e avaliação da eficácia das ações corretivas é da responsabilidade do GAQ, que também monitoriza os indicadores desempenho dos processos e dos objetivos gerais da Qualidade do SGGQ, definidos anualmente, e reporta nos Balanços da Qualidade para Revisão do Sistema.

O ciclo de estudos encontra-se acreditado condicionalmente pela A3ES. No seu relatório preliminar de 22/04/2013, a CAE fez a recomendação de acreditar condicionalmente o ciclo de estudos, com as seguintes condições:

1. Condições a cumprir no prazo de 1 (um) ano:

- *Aumentar o número de docentes em tempo integral e o número de doutores e especialistas na área científica do curso.*
- *Reforçar e atualizar o acervo da biblioteca*
- *Implementar o regulamento de avaliação de desempenho docente.*

2. Condições a cumprir no prazo de 3 (três) anos:

- *Incentivar a investigação orientada e/ou desenvolvimento profissional de alto nível, bem como as publicações de pessoal docente;*
- *Promover mecanismos de mobilidade dos estudantes e docentes.*

As condições definidas no do ponto 1. encontram-se já totalmente implementadas. As referidas no ponto 2. Encontram-se em fase de implementação.

2.2.4. Outras vias de avaliação/acreditação

- outras creditações e/ou certificações específicas obtidas do CE (se aplicável).

O SGGQ do IPVC está certificado pela Norma Internacional ISO 9001, desde Janeiro de 2009 e obteve em Janeiro de 2013 a certificação do SGGQ pela A3ES .

O Curso de Contabilidade e Fiscalidade está acreditado pela OTOC, que anualmente realiza uma visita para análise da qualidade do Projeto de Simulação Empresarial

3. Recursos Materiais e Parcerias

3.1 Recursos Materiais

3.1.1 Instalações Físicas (em 13/14)

Recursos Materiais –Áreas Disponíveis / reformuladas	
Tipo de Espaço	Área (m2)

Não houve disponibilização de novas áreas durante o ano em referência.

3.1.2 Recursos Materiais – Equipamentos (novos em 13/14)

Recursos Materiais – Novos Equipamentos e materiais em 2013/14	
Equipamento e material	Número

Não houve disponibilização de novos equipamentos durante o ano em referência.

3.1.3 Recursos financeiros

Os recursos financeiros disponíveis, para o ciclo de estudos cumprir os seus objetivos de forma sustentada, foi uma verba de 1.500,00 €, utilizada em parte na aquisição de bibliografia, que abaixo se apresenta.

Autores	Editora	Título do livro
Albertino Marques	Edições Sílabo	Conceção e Análise de Projetos de Investimento
João Russo	Rei dos Livros	O Balanced Scorecard
Sá Eduardo Silva	Vida Económica	Gestão Financeira - Análise de Investimento
Manuel Portugal Ferreira, Fernando	Lidel	Negócios Internacionais

Ribeiro Serra, Nuno Rosa Reis		
Englewood Cliffs	Prentice Hall	Management
Pedro Romano Martinez	Almedina, Coimbra	Direito do Trabalho
Bernardo da Gama Lobo Xavier	Verbo, Lisboa	Iniciação ao Direito do Trabalho
Davis R.	Springer- Verlag	Business Process Modeling With ARIS - Practical Guide
Jaap Schekkerman	Trafford Publishing	Enterprise Architecture Good Practices Guide
Linthicum Davis S.	Pearson Education	Cloud Computing and SOA Convergence in Your Enterprise - As Step-By-Step Guide
Motiwalle Luvai F. and Thompson Jeff	Pearson Education	Enterprise Systems for Management
Togaf	Enterprise edition	The Open Group Architecture Framework

3.2. Parcerias

3.2.1 Parcerias internacionais

As parcerias internacionais estabelecidas com a ESCE foram as seguintes:

Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Heilbronn University ▪ Berufsakademie Ravensburg
Bélgica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ KHATO – Katholieke Hogeschool Zuid-West-Vlaanderen ▪ Haute École Libre de Bruxelles - Ilya Prigogine
Croácia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ University of Split ▪ RRiF University College of Financial Management
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universidad de León ▪ Universidad de Santiago de Compostela ▪ University of Las Palmas de Gran Canaria
Estónia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tallin University of Technology
França	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Université Paris Descartes
Grécia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A.T.E.I. of Thessaloniki ▪ Technological Education Institution (TEI) of STEREA ELLADA
Holanda	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avans University of Applied Sciences

Letónia	<ul style="list-style-type: none">▪ Rezeknes Augskola
Lituânia	<ul style="list-style-type: none">▪ Siauliu Universitetas▪ Vilnius Gediminas Technical University
Polónia	<ul style="list-style-type: none">▪ Gdansk University of Technology▪ Politechnika Opolska▪ Poznan Banking School▪ Politechnika Warszawska
República Checa	<ul style="list-style-type: none">▪ University of Hadrec Králové▪ Politechnika Jihlava
Brasil	<ul style="list-style-type: none">▪ Universidade de Ribeirão Preto, São Paulo

No presente ano letivo estabeleceram-se novas parcerias, a destacar: *Haute École Libre de Bruxelles - Ilya Prigogine*, *RRiF University College of Financial Management*, *Technological Education Institution (TEI) of STEREA ELLADA*, *University of Information Technology and Management in Rzeszow*, situadas na Bélgica, Crácia e Grécia. Salienta-se ainda o facto de nenhuma parceria ter sido cancelada.

Todas as parcerias internacionais estabelecidas no âmbito do Programa de Cooperação e Mobilidade Socrates/Erasmus podem ser consultadas na página institucional do IPVC no URL: http://internacional.ipvc.pt/pt/univparc?tid_2=All&tid_1=8&tid=39&=Apply

3.2.2. Parcerias nacionais

No período letivo 2013/2014 foram promovidas pelo Coordenador de curso e pelos docentes da instituição várias visitas de estudo a algumas empresas da região e workshops em diversas áreas de conhecimento contabilístico e fiscal. Além disso, foram organizadas pela ESCE duas sessões de formação dirigidas a Técnicos Oficiais de Contas (TOC's) e outros profissionais da Contabilidade, em colaboração com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

O curso de Contabilidade e Fiscalidade como forma de se ajustar às necessidades do mercado de trabalho tem um conjunto de protocolos com diversas empresas da região onde se destacam:

A Teia Comercial - Comércio por grosso e a retalho de artigos de artesanato e afins, Lda
AC Concept, S.A.
AJLM-Contabilidade e Consultoria, Lda.
Armando Marques Rodrigues Unipessoal Lda.
Aval Soluções Mediação de Seguros, Lda.
Bem Seguro

BSHP Electrodomésticos, Lda.
Cálculo XXI - Soluções de Contabilidade, Auditoria e Gestão Lda.
Carlos Ribeiro Contabilidade e Serviços, Lda.
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda.
Cascata de Números Consultores
Clara Puga & Américo Cruz, Lda.
Cientíssimo Mediação Seguros Unipessoal, LDA
Confiage - Contabilidade Financeira Analítica, Lda.
Cota Cruz & Janela Lda.
Diassociays - Consultoria, Desenvolvimento Social, Recursos Humanos e Formação Profissional
Dvl - Serviços, Unipessoal Lda.
F. Rebelo Gestão de Empresas, Lda.
F3M Information Systems S.A.
Fernandes & Pimenta II Lda.
Gapeval - Gabinete de Apoio a Empresas, LDA
JPA Portugal - Consultores, S.A.
Lameguiper-Sociedade de Distribuição, S.A.
MARSO- Gabinete Técnico de Administração, SA
MundiServiços-Companhia Portuguesa de Serviços e Gestão, Lda.
Município de Valença
Oryzon Energias, S.A.
PAFT- Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda.
Sage Portugal-Software S.A.
SAINT-GOBAIN MONDEGO
Santos & Santos, S.A.
Soluções Alvo Mediação de Seguros, Lda.
Supermercado Carla
Tomenota II Gestão Empresarial, Lda.
Viadpuk, Lda.

3.2.3. Colaborações intrainstitucionais com outros ciclos de estudos

O IPVC tem definido os procedimentos, para a cooperação em projectos I&D, com apoio da OTIC, cooperação em mobilidade, com coordenação pelo GMCI e GEED (<http://internacional.ipvc.pt>) e para cooperação em projetos de ensino, coordenado pelas direções da Escola e Presidência. A identificação de oportunidades para estabelecimento de parcerias para Mobilidade, I&D e Cooperação pode ser desencadeado pelos órgãos dirigentes do IPVC e das UO's, por Coordenadores de Curso, AC, Docentes, Investigadores ou por qualquer colaborador do IPVC. Os contactos iniciais poderão ser realizados pelos preponentes ou pelo GMCI, que dará conhecimento desta intenção à Presidência do IPVC. O estabelecimento de parcerias para mobilidade poderá ser com base em acordos bilaterais entre instituições europeias detentoras da Carta Universitária Erasmus (EUC) ou através de acordos com Consórcios de Países Terceiros e/ou do Espaço Europeu.

Relativamente a parcerias para a mobilidade:

Mobilidade em número de alunos /Países

<i>Outgoing</i>	2012/2013	2013/2014
Número	3	1
País	Espanha; Polónia República Checa	Polónia
<i>Incoming</i>		
Número	1	6
País	Polónia	Polónia; Grécia
Total	4	7

- Mobilidade em número de docentes

	2012/2013	2013/2014
<i>Outgoing</i>	1	2
<i>Incoming</i>	4	2

- Mobilidade de Staff em número

Não houve mobilidade de nenhum elemento do Staff da ESCE, já que a nível do IPVC apenas existiu uma bolsa.

4. Pessoal Docente e Não Docente

4.1 Pessoal Docente

4.1.1 Distribuição de Serviço Docente

Docente	Grau Académico	Categoria	Área Científica	Regime de Tempo (%)	UC Lecionadas no Curso
Álvaro Miguel Cairrão	Doutor	Assistente Convidado	OEE	50%	▪ Organização de Empresas
Álvaro José da Silva	Especialista	Professor Adjunto convidado	CTB	50%	▪ Contabilidade das Instituições Financeiras ▪ Contabilidade de Gestão I
Alexandra do Nascimento Lima	Licenciada	Assistente convidada	SOC	50%	▪ Direito das Obrigações

Barbosa					
Amândio Francisco Caridade da Silva	Especialista	Assistente convidado	FIN	50%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Finanças ▪ Relato Financeiro
Andreia Isabel Fernandes Lopes	Licenciada	Assistente convidada	CTB	20%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contabilidade Financeira Avançada
Carlos Alexandre Quelhas Martins	Doutor	Assistente convidado	CTB	50%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contabilidade Financeira I ▪ Análise de projetos de Investimento
Domingos Silva Fernandes	Especialista	Professor Adjunto convidado	CTB	50%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fiscalidade III
Elvira Pacheco Vieira	Doutora	Professora Adjunta convidada	ECO	50%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Economia
Helena Sofia Ferreira Rodrigues	Doutora	Professora Adjunta convidada	AMA	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Matemática
Isa Filipa António de Sousa	Doutora	Assistente convidado	SOC	50%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direito do Trabalho e das Sociedades Comerciais ▪ Noções de Direito Empresarial
Isabel Cristina Duarte	Mestre	Assistente convidado	AMA	50%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estatística I ▪ Estatística II
João Carlos de Oliveira Lourenço Caldeira	Especialista pelo CTC	Equiparado assistente 2º triénio	CTB	40%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fiscalidade I ▪ Fiscalidade II
João Paulo Torre Vieito	Doutor	Professor Adjunto	CTB	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto em Simulação Empresarial (Prof. responsável)
Jorge Manuel Esparteiro Garcia	Mestre	Equiparado assistente 2º triénio	CDC	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Introdução à base de Dados ▪ Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros
José Nuno Costa Azevedo	Especialista pelo CTC	Equiparado assistente 2º triénio	CTB	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto em Simulação Empresarial ▪ Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros ▪ Contabilidade Financeira III ▪ Contabilidade de Gestão II
Lígia Celeste Soares da Torre	Mestre	Assistente convidada	CTB	50%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contabilidade Financeira II ▪ Gestão Orçamental

Maria Daniela Silva Sousa Freitas Lickfold da Silva	Especialista pelo CTC	Professora Adjunta convidada	CTB	60%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contabilidade Pública ▪ Auditoria
Maria do Rosário Santos Garcia dos Santos	Especialista pelo CTC	Assistente convidada	CDC	30%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informática Organizacional ▪ Sistemas e Aplicações Informáticas
Maria Luísa Parente Pinheiro de Almeida	Mestre	Equiparado assistente 2º triénio	SOC	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ética e deontologia Profissional
Marta Alexandra Silva Guerreiro	Doutora	Professora Adjunta	CTB	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contabilidade Financeira Avançada (Prof. responsável)
Rui Manuel da Silva Gomes	Doutor	Professor Coordenador Equivalente	CDC	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelos Informáticos Organizacionais
Sónia Patrícia Basto de Carvalho	Licenciada	Equiparado assistente 1º triénio	FIN	100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cálculo Financeiro ▪ Gestão Financeira I ▪ Gestão Financeira II

4.1.2 Dados da equipa docente

(todas as % são sobre o nº total de docentes ETI)

	N.º / ETI	%
Docentes do CE a tempo integral na instituição	8/14,5	55,17
Docentes do CE em tempo integral com grau de doutor	4/14,5	27,59
Docentes do CE com grau de doutor	8/14,5	55,17
Docentes não doutorados com grau de mestre (pré-Bolonha)	3/14,5	20,69
Docentes do CE com o grau de doutor especializados nas áreas fundamentais* do CE	5/14,5	34,48
Docentes em tempo integral com o título de especialista	1/14,5	6,90
Especialistas, não doutorados, de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas fundamentais* do CE	3/14,5	20,69
Docentes do CE a tempo integral, com ligação a instituição há mais de 3 anos	8/14,5	55,17
Docentes inscritos em programas de doutoramento há mais de um ano	5/14,5	34,48

*São "**Áreas de formação fundamentais** do ciclo de estudos" aquelas que, de harmonia com a classificação das áreas de educação e formação aprovada pela Portaria nº 256/2005, de 16 de março, **representam pelo menos 25% do total de créditos** (artigo 3º, alínea h), do Decreto-Lei nº 74/2006, alterado pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto).

4.1.3. Avaliação do desempenho dos docentes e medidas para a sua permanente atualização

O IPVC considera que o potencial das pessoas pode ser melhor usado através da partilha de valores e de uma cultura de confiança e de responsabilização, que encoraje o envolvimento de todos. Baseado numa gestão e partilha de conhecimentos, dentro de uma cultura de aprendizagem contínua, inovação e melhoria, procura-se: transmitir a importância da contribuição de cada um; identificar fatores que constituem obstáculo ao trabalho; aceitação das responsabilidades; avaliar o seu desempenho, em função de objetivos e metas; estimular o reforço das suas competências, conhecimentos e experiência e sua partilha; a discussão aberta de problemas e questões relevantes. O Regulamento do Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente do IPVC, está implementado e define os mecanismos para a identificação dos objetivos do desempenho docente para cada período de avaliação, explicitando a visão da instituição, nos seus diversos níveis, ao mesmo tempo que traça um quadro de referência claro para a valorização das atividades dos docentes e estabelece, ainda, as regras para alteração do posicionamento remuneratório de acordo com os artigos 35º-A e 35º-C do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP). As medidas para a atualização do corpo docente não poderão ser vistas, no momento atual, afastadas da obrigação legal das instituições de ensino superior criarem condições aos seus docentes para fazerem ou concluírem a sua formação avançada, como condição básica da sustentabilidade do próprio subsistema, da própria instituição e do acesso à carreira por parte dos docentes. Até ao final de 2011, o programa PROTEC- Programa de apoio à Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior, acordado entre o MCTES e o CCISP e gerido pela FCT, permitiu um impulso na formação avançada dos docentes do ensino superior politécnico, contratualizando essa formação com universidades europeias. Além da formação avançada o IPVC têm mantido uma atitude de incentivo e ajuda à atualização permanente do corpo docente, quer através de formação organizada internamente, quer por apoio à participação em formação externa quer, ainda, pela concessão do estatuto de bolseiro. A própria existência do Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade, em que, no âmbito do Processo de gestão dos Recursos Humanos, se diagnosticam as necessidades formativas e se elaboram Planos anuais de Formação, apoia a política de formação da instituição. A instituição assume que a qualidade do ensino & aprendizagem, de investigação e de prestação de serviços se baseia nas qualificações e competências dos seus docentes e funcionários. De referir ainda, nesta política de Melhoria da Qualidade, a realização periódica dos inquéritos de avaliação da qualidade de ensino aos estudantes e inquéritos de avaliação da satisfação aos docentes. Com base no RJIES e dos Estatutos, todas estas informações são debatidas a nível das direções das UO's, das AC/GD, do Conselho de Gestão alargado, dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico e das Comissões de Curso.

4.2 Pessoal Não Docente

4.2.1 Número, regime e qualificação do pessoal não docente

A implementação dos novos Estatutos do IPVC, conduziu a uma reestruturação transversal, com a centralização nos Serviços Centrais dos seguintes serviços: Direção de Serviços Administrativos e

Financeiros, Direção de Serviços informáticos, Divisão de Serviços Técnicos, Divisão de Serviços Académicos, Divisão de Recursos Humanos, Gab. Comunicação e Imagem, Gab. Mobilidade e Cooperação Internacional, Gab. Avaliação e Qualidade e a OTIC. De referir ainda os funcionários dos SAS (Gabinete de Saúde, Bolsas, Residências, Cantinas e bares,...).

A Escola conta com vários serviços para apoio das suas atividades de ensino, com pessoal não docente devidamente qualificado, e em regime de exclusividade, nomeadamente: a Maria do Castelo (licenciada) e afeta aos serviços de Secretariado e Balcão Único, a Paula Andrade (licenciada) afeta aos Serviços Académicos, a Elisabete Rebelo (bacharel) e afeta aos Serviços Académicos e Biblioteca, a Beatriz Fernandes (licenciada) e afeta ao serviço do Gabinete de Apoio aos Cursos e a Amélia Barros (9ºano de escolaridade) e afeta ao serviço de Gestão dos Espaços Educativos. Apresentam-se a seguir os cursos de formação contínuo, realizados pelo pessoal discente, para melhorar as suas qualificações.

Funcionária	Data	Formação	Duração
Amélia Costa Barros	02/10/2013	Formação profissional plataforma on.ipvc.pt	2 horas
Paula Andrade	23/01/2014	Workshop sobre faturas eletrónicas	4 horas
Elisabete Rebelo	02/10/2013	Formação profissional plataforma on.ipvc.pt	2 horas
	28/01/2014	Workshop sobre faturas eletrónicas	4 horas
Beatriz Fernandes	02/10/2013	Formação profissional plataforma on.ipvc.pt	2 horas
Maria do Castelo Loureiro	02/10/2013	Formação profissional plataforma on.ipvc.pt	2 horas

4.2.2 Avaliação do desempenho do pessoal não docente

A Avaliação do Pessoal Não Docente é feita através do SIADAP, modelo de avaliação global que permite implementar uma cultura de gestão pública, baseada na responsabilização dos trabalhadores relativamente à prossecução dos objetivos fixados para o avaliado, por UO e Serviço. Posteriormente, a harmonização das propostas de avaliação é efetuada através da reunião do Conselho Coordenador de Avaliação. A avaliação decorre através de preenchimento de ficha de autoavaliação e posterior ficha de avaliação preenchida em reunião entre o avaliador e o avaliado. Esta avaliação é objeto de parecer por parte da Comissão Paritária para a Avaliação. As avaliações são homologadas pelo Presidente do IPVC, com o conhecimento do Avaliado.

5. Estudantes e ambiente de ensino e aprendizagem

5.1 Caracterização dos estudantes

CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES	11/12	12/13	13/14
Género	%	%	%
Feminino	76	80	81
Masculino	24	20	19
Idade	%	%	%
Até 20 anos	3	7	6
20-23 anos	21	12	7
24-27 anos	27	39	30
28 e mais anos	49	42	57
Região	%	%	%
Norte	100	100	98
Centro	0	0	0
Lisboa	0	0	0
Alentejo	0	0	0
Algarve	0	0	0
Ilhas	0	0	0
N/D	0	0	2
Escolaridade dos Pais	%	%	%
Superior	7	6	6
Secundário	7	12	9
Básico 3	6	16	13
Básico 2	13	13	17
Básico 1	65	51	56
Situação Profissional dos Pais	%	%	%
Empregados	62	31	32
Desempregados	3	6	6
Reformados	0	0	0
Outros	35	64	61

Relativamente ao período letivo em análise (2013/2014), observa-se que 98% dos estudantes são da região Norte do país e cerca de 81% são sexo feminino. De registar ainda que 87% dos alunos apresentam idades compreendidas entre os 24-27 anos e mais de 28 anos, representando respetivamente 30% e 57% nos ingressos de 2013/2014.

Quanto à situação familiar, constata-se que apenas 6% dos alunos são provenientes de famílias em que os seus pais frequentaram e obtiveram grau académico. Por outro lado, os percentuais relativos ao ensino básico primário representaram 56%.

Quanto à situação profissional dos pais registou-se que apenas 32% se encontravam empregados.

5.1.2. Número de estudantes por ano curricular

Ano Curricular	11/12	12/13	13/14
1º		17	17
2º		16	7
3º		26	33
TOTAL		59	57

Verifica-se existir um decréscimo de alunos nos últimos anos com especial destaque para o ano letivo 2014/2015.

5.1.3 Procura do ciclo de estudos

A procura do ciclo de estudos nos últimos anos, teve o seguinte comportamentos:

Curso	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
N.º de Vagas	35	35	35	25	25
N.º de Candidatos	47	36	20	22	11
N.º de Candidatos 1.ª opção	16	8	2	4	1
N.º de Colocados	17	11	3	5	1
N.º de Colocados 1.ª opção	16	8	2	4	1
Nota Mínima de entrada	95	10,8	109,8	145,6	-
Nota Média de entrada	131,3	133,4	123,5	125,0	120,4

A partir do ano letivo 2012/2013, o nº de vagas passou para 25. Nos últimos 4 anos verificou-se um decréscimo de alunos pela procura do curso de Contabilidade e Fiscalidade, com exceção do ano letivo 2012/2013, em que houve um ligeiro acréscimo.

5.2 Ambientes de Ensino/Aprendizagem

5.2.1. Estruturas e medidas de apoio pedagógico e de aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes.

Os estudantes encontram apoio pedagógico junto da Coordenação de Curso e dos docentes, estando definidos horários de atendimento para o efeito. O CP da UO, o CG e o Conselho Académico do IPVC, são estruturas onde os estudantes estão representados e que permitem discutir a orientação pedagógica, apreciar queixas relativas a falhas pedagógicas e propor providências necessárias. O IPVC possui um Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional que presta apoio e aconselhamento aos estudantes ao nível da mobilidade internacional. Os SAS têm ao nível do Gabinete de Saúde apoio psicológico e de orientação para o estudo.

5.2.2. Medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica

O IPVC produz um Guia de Acolhimento ao estudante, possui uma Oficina Cultural, um Gabinete de Saúde e um Centro Desportivo que existem para o fomento da cultura, desporto e saúde e para a integração dos seus estudantes no ambiente académico. Anualmente, são promovidas atividades extracurriculares que estimulam a participação da comunidade académica. As Associações e a Federação Académica, em articulação com o Provedor do Estudante, têm como função a defesa dos interesses dos estudantes e a sugestão de ações de melhoria das condições de ensino e de estímulo da participação na comunidade. O Dia do IPVC, Dia da Escola, Semana de Receção ao Caloiro, Semana Académica e Semanas Culturais são eventos, também, promovidos com essa finalidade. Estas medidas são monitorizadas através dos inquéritos de satisfação da qualidade de ensino, sendo os resultados considerados para avaliação das medidas implementadas e para a definição de ações de melhoria. Os Serviços de Ação Social, juntamente com as Coordenações de Curso e Serviços Académicos acompanham situações de potencial abandono sinalizadas e procuram reduzir a sua ocorrência. Existe ainda a Bolsa de Estudantes Colaboradores IPVC.

5.2.3. Estruturas e medidas de aconselhamento sobre as possibilidades de financiamento e emprego

A UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Ativa do IPVC, em articulação com a OTIC, presta aconselhamento ao nível do financiamento a projetos de investimento e à criação do autoemprego durante e após a conclusão da formação. O empreendedorismo é efetivamente uma das capacitações que se pretende inculcar aos estudantes, nomeadamente através de concursos de ideias (ex. Poliemprende,, Star Up Program). O IPVC possui ainda uma bolsa de emprego online no seu Portal e usa as redes sociais onde são publicitadas ofertas de emprego ao público em geral e aos estudantes do IPVC em particular. Através dos SAS, os estudantes candidatam-se a bolsas de estudo que são concedidas com base nas regras definidas pela tutela para o efeito. Paralelamente, o IPVC criou a Bolsa de Colaboradores Bolseiros, iniciativa que visa proporcionar aos estudantes a realização de

atividades profissionais pagas, em tempo parcial na instituição, em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da sua atividade académica.

5.2.4 Utilização dos resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes na melhoria do processo ensino/aprendizagem

Semestralmente é promovido o Inquérito de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino. Neste instrumento de auscultação, os estudantes são convidados a pronunciar-se sobre questões relacionadas com a escola, o curso, funcionamento das UC's, ECTS e desempenho dos docentes. Deste processo resulta um relatório que é distribuído pelas Escolas e analisado no Conselho Pedagógico e onde se podem aferir os resultados com base nos quais são definidas medidas de melhoria do processo de ensino/aprendizagem. São ainda consideradas as reclamações e sugestões apresentadas pelos Estudantes no âmbito do CE e serviços de apoio. Complementarmente, é realizado um inquérito anual aos utilizadores das bibliotecas. A informação resultante do processo de auscultação dos estudantes é analisada no âmbito do Relatório Anual de Curso e nos órgãos e comissões de curso.

5.2.5. Estruturas e medidas para promover a mobilidade, incluindo o reconhecimento mútuo de créditos

O Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional e o Gabinete de Estudos e Educação para o Desenvolvimento do IPVC funcionam atualmente com diversos programas (ERASMUS + Mobilidade, ERASMUS Mundus, Leonardo da Vinci, Comenius, EILC e projetos de cooperação com os PALOP, IACOBUS,..), a vários níveis e em vários âmbitos, promovendo a dimensão internacional nos estudos e o fomento da mobilidade dos estudantes, docentes e não docentes no ensino superior. Este serviço é transversal a toda a instituição e serve todos os CE. Como instrumento para a equivalência de créditos é celebrado um plano de equivalência (*learning agreement*) que define o plano de estudos a frequentar em mobilidade para o estudante, nacional ou estrangeiro. Outras competências obtidas pelo estudante em mobilidade, para além do plano de estudos definido, são objeto de reconhecimento de créditos através do Suplemento ao Diploma. Está definido o regulamento do estudante Internacional do IPVC e estão em desenvolvimento cursos de duplo grau e cursos conjuntos

6. Processos (Formação)

6.1 Objetivos de aprendizagem de ensino, estrutura curricular e plano de estudos

6.1.1. Objetivos de aprendizagem

A globalização dos mercados, a internacionalização das empresas e o conseqüente fenómeno concorrencial, traçam um cenário de bastante exigência às empresas em geral. Nesse sentido, pretende-se que o diplomado em Contabilidade e Fiscalidade da ESCE, seja um profissional com sólida preparação técnica e científica no domínio das áreas da Contabilidade e da Fiscalidade, de modo que lhe permita uma fácil e bem sucedida integração no mercado de trabalho em diferentes

contextos organizacionais. O licenciado em Contabilidade e Fiscalidade da ESCE, terá de ser capaz de tomar decisões em condições de incerteza e, em geral, de assumir tarefas diretivas quer em entidades públicas quer empresariais.

No que respeita à estrutura curricular e planos de estudos, os relatórios das diversas unidades curriculares (RUC's) reportam - na sua totalidade – uma boa articulação dos conteúdos das UC's e os objetivos do programa.

6.1.2. Periodicidade da Revisão Curricular

Os PUC's do curso de Contabilidade e Fiscalidade são revistos com uma periodicidade igual aos anos de duração do ciclo de estudos, ou seja, de 3 em 3 anos, sem prejuízo de poderem ser alterados no decorrer deste intervalo de tempo se identificada uma necessidade.

6.2. PUC alterados

No ano letivo 2013/2014, não houve lugar a quaisquer alterações dos PUC's no curso de Contabilidade e Fiscalidade.

6.3. Metodologias de Ensino/Aprendizagem

6.3.1. Adequação das metodologias de ensino e das didáticas aos objetivos de aprendizagem das UC's

O quadro abaixo apresentado e relativo ao ano letivo de 2013/2014, mostra o número de alunos inscritos, o número de alunos avaliados, aprovados e reprovados, a taxa de alunos inscritos que se submete a avaliação (avaliados/inscritos) e a taxa de aprovação (avaliados/aprovados) às diferentes unidades curriculares que compõem a respetiva licenciatura.

No que respeita à taxa de disponibilização dos conteúdos programáticos das unidades curriculares e execução das mesmas, é de 100%, tal como a taxa de cumprimento de lançamento de sumários e avaliações que também é de 100%, respondendo às exigências do Sistema de Gestão e da Qualidade do IPVC.

Ano	Sem.	Unidade Curricular	Nº de alunos inscritos	Nº de alunos avaliados	Nº de alunos aprovados	Nº de alunos não aprovados	Taxa de avaliação com base nos alunos inscritos (aval/insc.)	Taxa de avaliação com base nos alunos avaliados (aprov/aval)
1º	1º	Informática Organizacional	13	11	11	0	84,6%	100,0%
		Matemática	27	15	14	1	55,6%	93,3%
		Economia	11	9	7	2	81,8%	77,8%
		Organização de Empresas	13	12	8	4	92,3%	66,7%
		Noções Direito Empresarial	12	8	8	0	66,7%	100,0%
		Contabilidade Financeira I	17	7	4	3	41,2%	57,1%
	2º	Estatística I	20	9	9	0	45,0%	100,0%

2º		Cálculo Financeiro	14	9	8	1	64,3%	88,9%
		Fiscalidade I	15	7	7	0	46,7%	100,0%
		Direito das Obrigações	12	7	4	3	58,3%	57,1%
		Contabilidade Financeira II	13	9	8	1	69,2%	88,9%
	3º	Introdução à Base de Dados	9	6	6	0	66,7%	100,0%
		Estatística II	11	6	5	1	54,5%	83,3%
		Gestão Financeira I	12	7	7	0	58,3%	100,0%
		Fiscalidade II	20	16	12	4	80,0%	75,0%
		Direito do Trabalho e das Sociedades Comerciais	9	4	3	1	44,4%	75,0%
		Contabilidade Financeira III	9	6	4	2	66,7%	66,7%
	4º	Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	9	5	5	0	55,6%	100,0%
		Contabilidade de Gestão I	26	21	12	9	80,8%	57,1%
		Fiscalidade III	11	9	9	0	81,8%	100,0%
		Gestão Financeira II	15	5	3	2	33,3%	60,0%
		Auditoria	12	9	6	3	75,0%	66,7%
		Contabilidade Financeira Avançada	11	3	3	0	27,3%	100,0%
3º	5º	Análise de Projetos de Investimento	28	23	11	12	82,1%	47,8%
		Modelos Informáticos e Organizacionais	12	12	9	3	100,0%	75,0%
		Finanças	23	23	15	8	100,0%	65,2%
		Contabilidade de Gestão II	16	13	11	2	81,3%	84,6%
		Contabilidade Pública	16	14	11	3	87,5%	78,6%
		Relato Financeiro	21	21	13	8	100,0%	61,9%
	6º	Projeto Simulação Empresarial	20	16	16	0	80,0%	100,0%
		Ética e Deontologia Profissional	11	11	10	1	100,0%	90,9%
		Gestão Orçamental	18	16	15	1	88,9%	93,8%
		Contabilidade das Instituições Financeiras	13	12	11	1	92,3%	91,7%

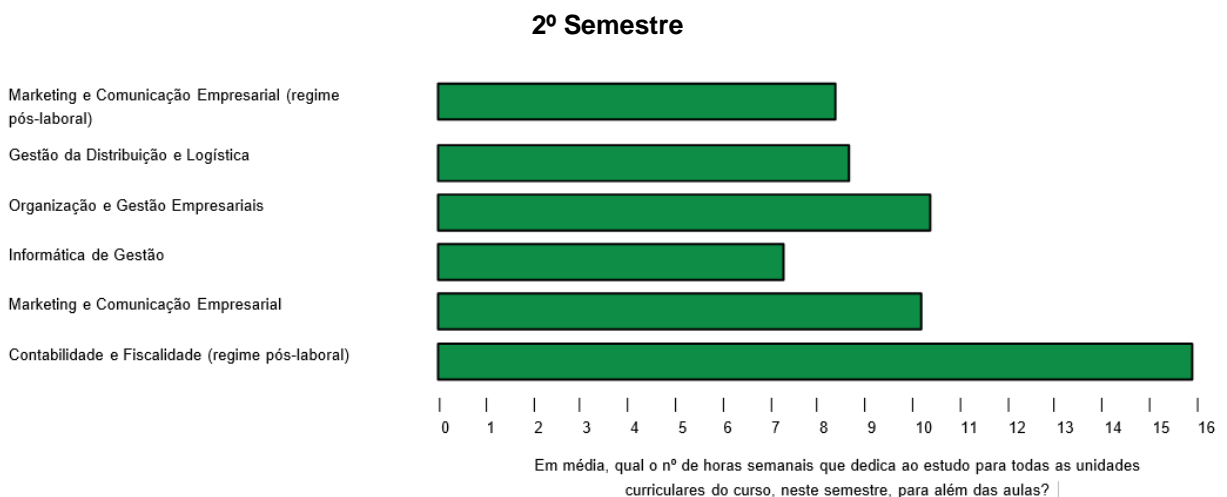
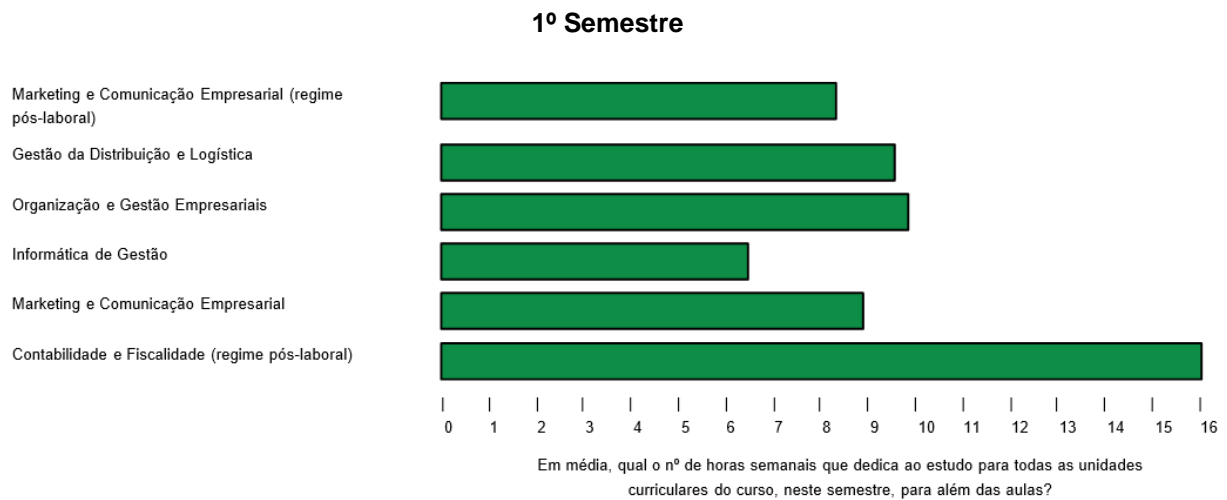
Do quadro acima resulta que do total de alunos avaliados de 361, 285 obtiveram aprovação, o que representa uma taxa de aprovação de 79% do total de alunos avaliados, e apenas 76 não obtiveram aprovação, o que representou uma taxa de alunos não aprovados/alunos avaliados de 21%. Refere-se ainda, que do total das unidades curriculares do ciclo de estudos, apenas uma apresentou uma taxa de aprovação/avaliação inferior a 50%, no caso, a UC de Análise de Projetos de Investimento, com uma taxa de aprovação de 47,8%.

6.3.2 Verificação de que a carga média de trabalho necessária aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS

Como previsto na elaboração do plano de estudos segundo o processo de Bolonha, é aferida a atribuição dos créditos ECTS às diferentes unidades curriculares através de uinquéritos realizados aos alunos e aos docentes

As figuras abaixo apresentam a média das horas de dedicação a todas as unidades curriculares das licenciaturas ministradas na ESCE. É possível verificar, que a licenciatura de Contabilidade e

Fiscalidade é aquela que mais horas os alunos reconhecem que têm de despende. Em média cerca de 16 horas.



6.3.3. Formas de garantir que a avaliação da aprendizagem dos estudantes é feita em função dos objetivos de aprendizagem da UC

A avaliação da aprendizagem está conforme os objetivos da Unidade Curricular, pois permite determinar a capacidade de aplicar a teoria na prática, avaliando as competências de conceptualização, de escrita e orais.

Assim, a metodologia de avaliação incorpora normalmente diferentes momentos de avaliação, pontuais (avaliação do trabalho escrito e a sua apresentação oral) e 1 momento de avaliação escrito contínuo que integrados permitem avaliar o grau de atingimento dos objetivos e competências adquiridas pelos alunos, ou seja:

- Avaliação baseada no interesse e conhecimento demonstrado nas atividades de contacto;
- Avaliação do trabalho prático desenvolvido, baseada no trabalho escrito;
- Avaliação da Apresentação oral do trabalho.

6.3.4. Metodologias de ensino que facilitam a participação dos estudantes em atividades científicas

O desenvolvimento de um trabalho real de aplicação prática, conjugado com o acompanhamento do docente, permite promover a investigação científica nas diversas áreas necessárias à sua execução e respetivo desenvolvimento de competências.

A metodologia fundamental utilizada baseia-se no facto do apoio docente ser efetuado em forma de facilitação, ou seja, nunca “o que” deve ser feito, mas o “como” pode ser feito, abrindo caminhos e deixando ao aluno a decisão supervisionada na escolha do caminho que melhor responde às suas necessidades.

A utilização do docente como elemento “facilitador”, permite potenciar o desenvolvimento do conhecimento e da investigação científica pela manutenção do interesse e motivação do aluno.

7. Resultados

7.1. Resultados Académicos

7.1.1. Eficiência formativa

Curso	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
N.º diplomados			7	13	8	18
N.º diplomados em N anos			7	10	3	5
N.º diplomados em N +1 anos			0	3	4	10
N.º diplomados N+2 anos			0	0	1	1
N.º diplomados em mais de N+2 anos			0	0	0	2

Uma vez que este CE apenas começou a ter diplomados em 2010/2011, é natural que o número de diplomados com mais matriculas do que o número de anos do CE tenha aumentado ao longo dos anos. Importa referir que no ano letivo 2012/2013 se registou um maior número de diplomados do que nos anos anteriores e que de entre os diplomados, a grande maioria (83%) tinha N ou N+1 anos. Como nota negativa destes dados devemos registar que, de entre os 18 diplomados, apenas 5 apresentavam N anos.

7.1.2 Sucesso Escolar

A seguinte tabela apresenta a informação referente ao sucesso escolar das diversas unidades curriculares do curso de contabilidade e Fiscalidade, identificando as suas respetivas áreas científicas. (AMA - Análise Matemática e Álgebra Linear, EIO - Estatística e Investigação Operacional, CTB – Contabilidade, FIN – Finanças, CDC - Ciências da Computação, SER - Sistemas e Redes, OEE - Organização e Estratégia, ECO – Economia, DIR – Direito, SOC - Sociologia)

Ano	Área científica	UC	Amostragem	Classificação média	Classificação máxima	Classificação mínima
1	SER	Informática Organizacional	9	15,22	18	10
1	AMA	Matemática	15	12,33	18	6
1	ECO	Economia	7	12,29	16	10
1	OEE	Organização de Empresas	10	10,8	15	4
1	DIR	Noções de Direito Empresarial	8	13,13	18	10
1	CTB	Contabilidade Financeira I	12	9	14	0
1	CDC	Sistemas e Aplicações Informáticas	8	13,88	18	6
1	EIO	Estatística I	9	14,67	20	12
1	FIN	Cálculo Financeiro	9	11,22	15	6
1	CTB	Fiscalidade I	7	12,43	17	10
1	DIR	Direito das Obrigações	7	10	16	3
1	CTB	Contabilidade Financeira II	9	12,22	18	5
2	CDC	Introdução à Base de Dados	6	13,67	17	11
2	EIO	Estatística II	6	13	19	6
2	FIN	Gestão Financeira I	11	12,55	18	10
2	CTB	Fiscalidade II	15	11	16	5
2	DIR	Direito do Trabalho e das Sociedades Comerciais	5	13,4	16	10
2	CTB	Contabilidade Financeira III	7	13,29	17	6
2	CDC	Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	5	14	17	12
2	CTB	Contabilidade de Gestão I	17	8,76	16	2
2	FIN	Gestão Financeira II	5	9	16	3
2	CTB	Fiscalidade III	9	12,11	17	10

2	CTB	Auditoria	7	11,29	14	10
2	CTB	Contabilidade Financeira Avançada	5	9,2	17	3
3	FIN	Análise de Projectos de Investimento	22	9,82	13	3
3	CDC	Modelos Informáticos Organizacionais	11	11,36	16	3
3	FIN	Finanças	20	10,3	15	5
3	CTB	Contabilidade de Gestão II	13	12,54	17	3
3	CTB	Contabilidade Pública	13	12,38	17	4
3	CTB	Relato Financeiro	19	10,89	14	7
3	CTB	Projecto em Simulação Empresarial	16	13,88	18	10
3	SOC	Ética e Deontologia Profissional	11	11	16	7
3	CTB	Gestão Orçamental	15	13,6	19	10
3	CTB	Contabilidade das Instituições Financeiras	11	11,82	14	10

Das 24 unidades curriculares apenas 4 apresentam uma classificação média inferior a 9,5 valores. Destas 4, 3 são de CTB e a outra é de FIN. Com a exceção da unidade curricular de Análise de Projectos de Investimento, cuja classificação máxima é de 13 valores, todas apresentam uma classificação máxima superior ou igual a 14 valores. Refira-se ainda que em 14 das 24 unidades curriculares, a classificação mínima é superior ou igual a 10 valores, o que significa que todos os alunos obtiveram aprovação.

Da análise dos RUC das unidades curriculares verificou-se que não foram identificadas muitas necessidades de melhoria. Como exceção refira-se a necessidade de adquirir um jornal diário e um semanário com o objetivo de promover o interesse dos alunos da escola por temas atuais e a sugestão da docente da unidade curricular de Auditoria para que esta UC seja lecionada apenas no terceiro ano do CE para possibilitar a apresentação casos práticos mais complexo.

7.1.3 Empregabilidade

O IPVC promove a auscultação dos seus antigos estudantes através de um inquérito *online*. Esta metodologia de auscultação está implementada desde Fevereiro de 2012 mas não tem sido possível obter um conjunto de resposta que permitam uma análise consistente. Desta forma, o enquadramento da empregabilidade dos diplomados do CE é efetuado considerando os dados do IEFP, descritos no Relatório do DGEEC-MEC. Em Dezembro de 2013o número de diplomados do CE inscritos nos Centros de Emprego do IEFP era de 6, o que corresponde a 7% dos diplomados. A página <http://infocursos.mec.pt> indica que não tem dados suficientes para apresentar estatísticas sobre o desemprego dos diplomados deste CE.

7.2. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

No ano letivo de 2013/2014, foram publicados pelo corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares os seguintes artigos:

Silva, Amandio; Fernandes, Joel – The Impact of the Implementation of the Basel III Recommendations on the Capital of Portuguese Banks, <i>Research Journal of Economics & Business Studies</i> , October 2014, vol 03, number 12, p. 26-36.
Fernandes, Joel; Silva, Amandio – Size matters when we talk about Corporate Social Responsibility – The case of Portuguese companies, <i>Research Journal of Social Science & Management</i> , October 2014, vol 04, number 06, p. 214-223.

Cairrão, A. (2014). Diagnostic Analysis of National Parks in Georgia in context of Ecotourism, <i>Advances in Natural and Applied Sciences</i> , 8, ISSN:1995-0772 EISSN: 1998-1090, Pages: 31-41
Cairrão, A. (2014). Merchandising Strategies of FC Porto Store to attract the children and youth segment, <i>International Journal of Business, Humanities and Technology</i> , volume 4, number 1, January, Center for Promoting Ideas (CPI), Los Angeles, USA, ISSN 2162-1357
Cairrão, A. (2013). The Wearable World in the Palm of our Hand: the perceived importance of Augmented Reality in Marketing Strategies, <i>International Journal of Business & Social Research</i> , volume 3, number 5, May 2013, Maryland Institute of Research, ISSN 2164 – 2540

7.3 Internacionalização

	Nível de Internacionalização no Ciclo de Estudos		
	11/12	12/13	13/14
Número de alunos estrangeiros (não inclui alunos Erasmus In)	%	6	5
Número de alunos em programas internacionais de mobilidade (in)	%	%	3
Número de alunos em programas internacionais de mobilidade (out) (Erasmus e outros programas)	%	%	1
Número de docentes estrangeiros, incluindo docentes em mobilidade (in)	%	%	5
Mobilidade de docentes na área científica do ciclo de estudos (out)	n.º	n.º	0
Número de pessoal não docente em programas internacionais (Erasmus staff outgoing e outros programas)	n.º	n.º	0

Uma vez que não estão disponíveis informações sobre os anos letivos anteriores, não é possível fazer uma análise da evolução destes valores. Deve-se no entanto registar que as bolsas disponíveis para mobilidade de pessoal docente e não docente são muito limitadas e que no ano letivo de 2013/2014 fizeram mobilidade duas docentes da ESCE das áreas de Marketing e de Informática.

8. Análise SWOT do Ciclo de Estudos

Identificar Pontos Fortes; Pontos Fracos; Oportunidades; Constrangimentos, para cada item (ou pode optar por análise swot geral do CE):

Pontos fortes

1. Curso reconhecido pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e com o plano curricular adequado às expetativas atuais do mercado;
2. Corpo docente jovem e de elevada qualidade e especialização.
3. Elevada Empregabilidade dos diplomados;
4. Curso inclui a unidade curricular de Projeto de Simulação Empresarial reconhecida e monitorizada pela OTOC, que dispensa o estágio para o acesso à profissão.
5. Proximidade ao mundo empresarial
6. Curso pós-laboral permitindo aos alunos adquirir/atualizar conhecimentos bem como ingressar no mercado de trabalho.
7. Curso inserido numa escola especializada em ciências empresariais o que possibilita a poupança de recursos e a partilha de conhecimento.

Pontos fracos

1. Escola jovem com cursos recentes e rotinas/processos em fase de sistematização;
2. Investimentos fundamentais e estruturantes ainda em curso (instalações nova estarão concluídas em maio de 2015), que não permitem, ainda, a operacionalização plena das potencialidades/atividades identificadas pelos intervenientes no processo formativo;
3. Poucos docentes a tempo integral, o que dificulta o trabalho em equipa.

Oportunidades

1. A obrigatoriedade de formação certificada pela OTOC;
2. O elevado número de empresas / gabinetes de contabilidade com necessidade regular de atualização de conhecimentos;
3. Dinâmica transfronteiriça;
4. As pequenas e médias empresas contratam cada vez mais profissionais de contabilidade, não só para o exercício das funções contabilísticas, mas para um papel mais abrangente de execução e controlo das funções financeiras e administrativas, na sua plenitude; valorização social e ambiente político-económico favorável à atitude empreendedora entre os jovens.

Constrangimentos

1. Baixo poder económico para sustentar os custos inerentes à educação.
2. Localização pouco favorável, longe dos grandes centros urbanos, o que diminui a procura do curso.
3. Existência de outras licenciaturas com objetivos similares oferecidos por outras Instituições do Ensino Superior;
4. Falta de capacidade e de crescimento das empresas devido ao atual contexto económico; baixo poder económico para sustentar os custos inerentes à educação.

9. Proposta de ações de melhoria para o CE

	N.º	Proposta de melhoria	Tempo de implementação Medida	Prioridade	Indicador de implementação
	1	Definição das linhas de investigação levadas a cabo por um núcleo de investigação orientado para Contabilidade e Fiscalidade no IPVC;	6 meses	Alta	O número de linhas de investigação por núcleo de investigação do IPVC;
	2	Definição de metas para investigação científica, aplicadas aos grupos científicos da Contabilidade e Finanças do IPVC;	6 meses	Alta	O número de projetos de investigação levados a efeito numa base anual;
	3	Otimização da uma central de informação que estimule ainda mais o elo de cooperação entre a escola e a comunidade;	6 meses	Alta	O número de participação das empresas nas atividades académicas da ESCE;
		Aumentar o número de acordos de realização de estágios-extracurriculares em empresas da região, para todos os alunos interessados;	12 meses	Média	O número de Estágios Extra-Curriculares realizados/ número de Estágios Extra-Curriculares solicitados.
Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade	1	Aumentar a participação dos estudantes no sistema interno de garantia da qualidade, incluindo aumento da taxa de participação nos inquéritos à qualidade de ensino; integração nas equipas de auditorias internas ao sistema e nas equipas de elaboração dos relatórios de curso.	12 meses	Alta	Taxa de participação dos estudantes nos inquéritos online à qualidade de ensino; Número de auditorias com participação de estudantes.

	2	Melhorar os sistemas de informação e comunicação, tornando mais eficiente o fluxo de informação/documentos de suporte ao sistema e a monitorização de indicadores de desempenho e a tomada de decisão para a melhoria contínua. Implementação de sistema de workflow. que permita a redução do papel nos fluxos documentais e melhorar integração dos sistemas de informação administrativos entre si.	12 meses	Média	Número de processos com sistema de workflow implementado; Tempo de decisão de ações para resposta a não-conformidades detetadas no sistema; tempo de resposta a reclamações
	3	Adaptação do sistema interno de garantia da qualidade aos princípios, referenciais e critérios propostos pela A3ES (aplicação do Guião de Auto-avaliação)	12 meses	Alta	Nível de cumprimento dos referências de autoavaliação (com base no relatório de auditoria realizada pela agência)
Recursos materiais e parcerias	1	Aumentar o número protocolos e parcerias com empresas profissionais de estudos de mercado;	6 meses	Média	O número de protocolos e parcerias com empresas profissionais de estudos de mercado.
	2	Conclusão da construção do edifício ESCE;	6 meses	Alta	O número de acordos de acesso aos estudos de audiometria a nível nacional e ao software de planeamento de meios.
	3	Criar uma sala exclusiva para a prática de simulação empresarial, após a conclusão do novo edifício ESCE;	12meses	Alta	Grau de projetos apoiados pelas estruturas centrais de produção do IPVC.
	4	Aumentar o número de assinaturas de publicações regulares de carácter técnico e científico.	6 meses	Alta	Número de revistas de referência disponibilizadas na biblioteca.
Pessoal docente e não docente	1	Aumentar o número de participação dos docentes em conferências de relevâncias internacionais, nomeadamente encontrando formas de aumentar o apoio financeiro para a investigação dos docentes;	12 meses	Alta	O número de participações dos docentes em eventos de carácter internacional; Montante de apoio financeiro concedido por participação em eventos de carácter internacional;
	2	Continuar a adequar a atividade dos docentes, para permitir que se dediquem à conclusão dos seus doutoramentos com a maior brevidade;	12 meses	Alta	
	3	Contratar ou deslocalizar pessoal não docente existente nas outras unidades orgânicas do IPVC.	12 meses	Alta	Número de pessoal não docente por cada 100 alunos.
Estudantes e ambientes de ensino/aprendizagem	1	Flexibilizar o horário de atendimento em horário pós-laboral;	6 meses	Alta	Número de horas disponibilizado por docente responsável por turmas em horário pós-laboral;
	2	Proporcionar módulos de homogeneização de conhecimentos;	6 meses	Alta	Identificação dos módulos prioritários e sua implementação;

	3	Introdução de novas estratégias pedagógico-didáticas de motivação e sensibilização para a pertinência da aquisição de conhecimentos;	6 meses	Alta	Observação através dos resultados práticos de aquisição de conhecimentos;
	4	Sensibilização dos alunos para a importância da sua participação para a qualidade de ensino.	6 meses	Alta	Constatação por observação da evolução dos alunos quanto à sua participação nos questionários sobre a qualidade do serviço prestado
Processos	1	Melhorar a implementação de metodologias de acompanhamento regular do processo de ensino;	6 meses	Alta	Número de reuniões de acompanhamento regular com os alunos;
	2	Criar mecanismos de obrigatoriedade exclusiva de acesso via moodle	6 meses	Alta	Número de processos feitos através da plataforma moodle
Resultados	1	Apoiar de forma ativa a colocação em empresas de referência da região, dos futuros licenciados;	6 meses	Alta	Porcentagem de estagiários colocados nas 100 melhores empresas da região;
	2	Continuar a estimular a participação de académicos através de protocolos de colaboração, nomeadamente, instituições espanholas	6 meses	Média	Número de protocolos estabelecidos entre a ESCE e instituições de ensino superior internacionais;
	3				Evolução da quota de alunos estrangeiros no número total de alunos

10. Acompanhamento de acções de melhoria apresentadas no Rel. Curso 12/13

Item	Acção	prazo	prioridade	indicador	Responsáveis/ intervenientes	Fase implementação	COR de FASE
1	1	12	Alta	1	João Vieito/Luís Barreto/Álvaro Silva	Em curso	
2	2	6	Alta	2	Luís Barreto/Álvaro Silva/Beatriz Fernandes	Realizado	
3	3	6	Alta	3	João Vieito/Luís Barreto	Realizado	
4	4	12	Alta	4	João Vieito/Luís Barreto	Em curso	
5	5	6	Alta	5	João Vieito/Luís Barreto	Realizado	
6	6	18	Média	6	João Vieito/Luís Barreto/Álvaro Silva	Planeado	
7	7	12	Alta	7	João Vieito/ Luís Barreto/Álvaro Silva	Planeado	

	Realizado
	Em curso
	Por realizar
	Planeado

Item

1. Protocolos com instituições internacionais reputadas na área da contabilidade
2. Criar protocolos com empresas de maior relevância no Alto Minho
3. Ffibilização dos horários de atendimento em horário pós-laboral
4. Contratação de professores especialistas integrados na economia local
5. Criar mecanismos de obrigatoriedade exclusiva de acesso via moodle
6. Estimular a participação de académicos através de protocolos de colaboração, nomeadamente, instituições espanholas
7. Dificuldade de atração de estudantes

Ação

1. Abordagem junto de Instituições Espanholas no sentido de se criarem parcerias e/ou sinergias
2. Criação de uma equipa de trabalho que estimule o elo de cooperação entre a escola e o meio empresarial
3. Número de docentes com horas atendimento em horário pós-laboral
4. Número de docentes especialistas

5. Processos elaborados através da plataforma moodle
6. Estabelecimento de protocolos entre a ESCE e outras instituições espanholas
7. Reestruturação da estrutura curricular do curso

Indicador de implementação

1. Número de contactos efetuadas junto de instituições Espanholas
2. Número de acordos de cooperação estabelecidos com empresas da região
3. Número de horas de atendimento disponibilizado em horário pós-laboral
4. Percentagem de professores especialistas
5. Número de processos elaborados através da plataforma moodle
6. Número de protocolos estabelecidos entre a ESCE e instituições de ensino superior internacionais
7. O número de sugestões estudadas, avaliadas e concluídas

Conclusão:

A diminuição de alunos na licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade, tem sido uma realidade nos últimos anos. A existência de outras licenciaturas com objetivos similares oferecidas por outras instituições do ensino superior, o curso funcionar em regime pós-laboral e o atual contexto económico, são entre outras, causas dessa diminuição.

Para contrariar esta tendência, está pensada uma reestruturação do curso, passando o funcionamento do curso para regime diurno, e também, explorar o facto da ESCE se localizar numa região transfronteiriça – Norte de Portugal/Galiza – desenvolvendo com diversas instituições Espanholas, nomeadamente a Universidade de Vigo, O colégio de Economistas de Espanha e a AECA (*Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas*) estratégias que tornem a licenciatura da ESCE diferenciadora, relativamente às oferecidas por outras instituições concorrentes em Portugal.

Com a reestruturação planeada, espera-se que no próximo ano letivo o número de alunos inscritos através do concurso nacional aumente com algum significado.